

# **Mundo do Crime e Ordem Pública: realidades justapostas na composição das sociabilidades em um bairro violento**

**Alan Fernandes**

Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Centro de Altos Estudos de Segurança - Polícia Militar do Estado de São Paulo

Eixo Temático: Prevenção, Segurança Pública e Estado de Direito

Trabalho preparado para sua apresentação no X Congresso Latinoamericano de Ciência Política, da Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP), em coordenação com a Associação Mexicana de Ciências Políticas (AMECIP) organizado em colaboração com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), nos 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 2019.

contato: professoralanfernandes@gmail.com

## RESUMO

Este trabalho busca apresentar alguns dados qualitativos a respeito das intersecções entre o mundo do crime e o universo legal, em um bairro marcadamente violento, da cidade de São Paulo. Os recursos utilizados foram os originários da antropologia, por meio de métodos etnográficos. Concluo que existe uma justaposição não excludente, entre o universo informal-criminal e o formal jurídico, cuja composição constituirá um equilíbrio em que o recurso à violência é legitimado pelos atores envolvidos. Tal configuração, evidenciada neste trabalho, reproblematisa as concepções de ordem social e segurança pública.

Palavras-chave: Violência urbana. Ordem social. Sociabilidade violenta. Segurança pública. Etnografia urbana

## INTRODUÇÃO

Estudar a violência urbana no Brasil contemporâneo implica transitar por uma das demandas mais urgentes da sociedade, o que significa lidar com discursos cada vez mais extremistas e, por isso, muitas vezes marcadamente ideológicos. Além disso, muito mais do que apontar para uma questão teórica, significa lidar também com sangue, mortes, ameaças e roubos – cujos dramas muitas vezes escapam das discussões existentes nesse campo -, e com um projeto político de consolidação democrática que tem no campo da segurança poucos avanços desde a redemocratização.

O trabalho busca recompor as representações que a violência urbana assume para as populações em estudo, sobretudo contrapondo duas instâncias normativas que reivindicam para si o estatuto de legitimidade. Essa contradição entre duas instâncias normativas – uma que tem a violência como momento espúrio de nossas vidas cotidianas e outra que assume a violência como recurso legítimo para a construção das lógicas de sociabilidade – se fará presente em toda a pesquisa.

Por essa razão, a categoria “violência” é encarada não sob sua tipologia mais aceita, mas sob a forma em que ela é construída no campo de estudo, o que implica relativizá-la, mas sem perder a noção de sua face aflitiva. Assim, sob o ponto de vista que investigo, a violência, na atualidade, não pode ser concebida como uma categoria autoexplicativa, pois ela não é considerada da mesma forma para diferentes códigos

simbólicos, pensando, sobretudo, a dicotomia entre uma lógica jurídico-estatal e a lógica das sociabilidades que encontramos nos grupos em análise.

A discussão impacta também nos aspectos políticos da construção da legitimidade estatal, em razão de que as representações da violência assumidas para as agências de controle conflitam, apesar de coexistirem, com os significados que a “violência” adquire para o território em estudo. Em outros termos, estabelece-se um paradoxo entre o monopólio do uso da violência pelo Estado (Weber, 2005) e a sua apropriação por parte dos indivíduos, *sem que tal apropriação seja encarada pelas populações sujeitas à violência como uma prática condenável*. Não trato aqui de um “Estado paralelo”, como o senso comum costuma tratar o papel do crime organizado na construção de uma ordem social concorrente, mas de como o recurso à “violência” constitui-se em um princípio de regulação das relações sociais e que, nessa medida, legitima-se. Trato, assim, de ordens sociais que se sobrepõem, sem que necessariamente estejam em conflito, mas que, por vezes, valem-se dos mesmos recursos para o estabelecimento de equilíbrio mínimo indispensável para a ordem social<sup>1</sup>.

## **FURNAS - TREMEMBÉ**

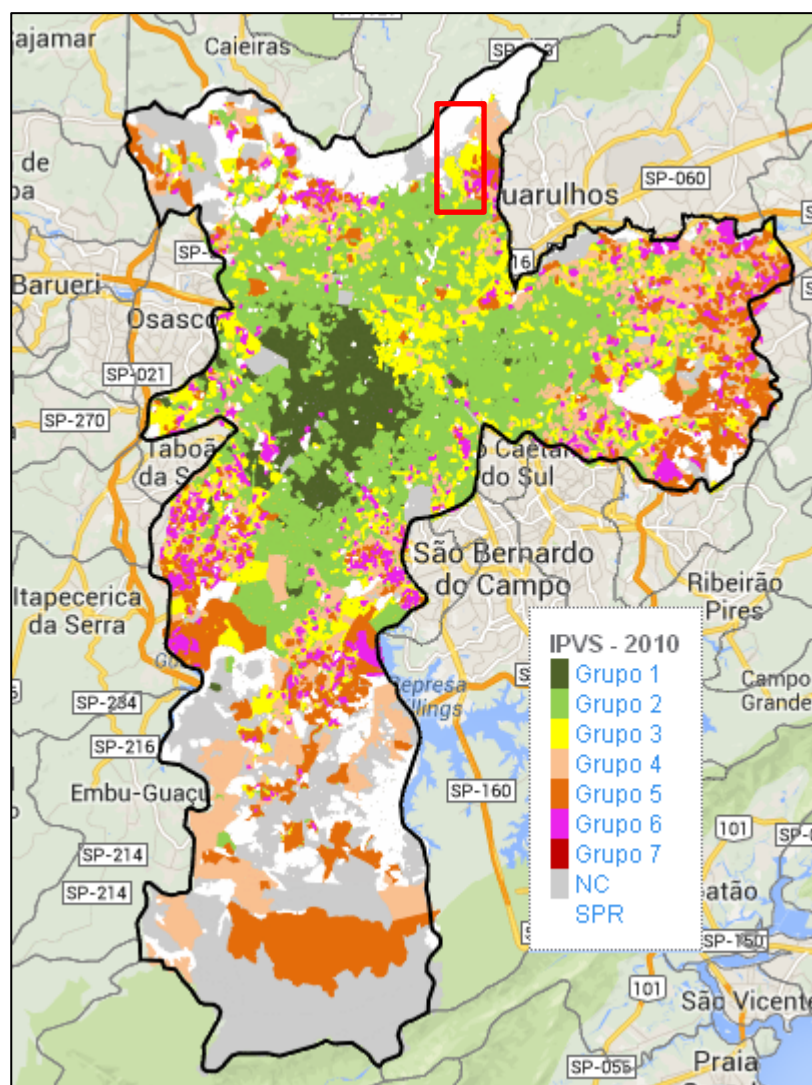
Minha pesquisa de campo se deu, entre os anos de 2008 e 2013 na região que a Polícia Militar denomina “Furnas-Tremembé”. Ela é composta por duas regiões contíguas localizadas na Zona Norte de São Paulo, às franjas da Serra da Cantareira e próximas ao bairro de Jaçanã, este mais conhecido e de urbanização mais antiga. Estabelecem divisa com os municípios de Mairiporã e Guarulhos. Neste trabalho, escolhi a denominação que a Polícia Militar dá à região estudada – Furnas-Tremembé –, pois

---

<sup>1</sup> Feltran traduz “mundo do crime” por uma “expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos (2011, p. 19)”. Em razão de que a utilização conceitual do termo, para Feltran, tem por finalidade compreender a “perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias urbanas” (op. cit, p. 19), o que não é caso desta pesquisa, prefiro manter o termo em itálico, de forma a aproximar-se da concepção nativa do termo, ao mesmo tempo em que permite sua utilização mais flexível, portanto, não somente com vistas aos jovens.

acredito que é capaz de agrupar bairros com semelhantes configurações geográficas (localizadas nas encostas da Serra da Cantareira), sociais (altos índices de vulnerabilidade, grande presença de jovens e elevadas taxas de privação material) e criminais (alta concentração de tráfico de drogas e homicídios).

Figura 1. Mapa de Vulnerabilidade Social (segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) – Município de São Paulo, 2010.

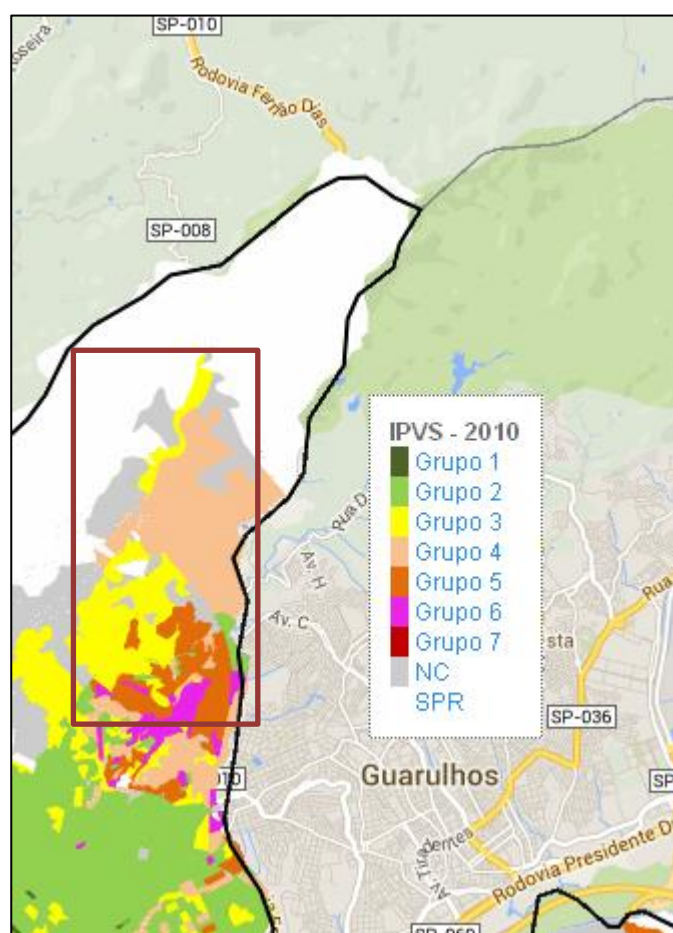


Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/SEADE<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Figuras 1 e 2, disponíveis em: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php#>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

O IPVS é um índice criado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e calculado a partir de algumas variáveis socioeconômicas, tais como renda familiar, taxa de alfabetização do(a) chefe da família e idade dos(as) responsáveis. Verifica-se que Furnas-Tremembé é composta por grupos de vulnerabilidade classificadas como baixa, média e alta, com destaque para níveis mais inferiores, sobretudo ao norte do território.

Figura 2. Mapa de Vulnerabilidade Social (segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) – Município de São Paulo, 2010, com destaque para Furnas-Tremembé.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo/SEADE

### ***Crime e violência***

Furnas-Tremembé é marcada pela violência. Suas taxas de homicídios, roubos de veículos, roubos em geral se destacam como uma das maiores da cidade de São Paulo. É extremamente frequente a presença de jovens atentos nos seus pontos de drogas à

chegada mais incisiva da polícia, juntamente com relatos da presença de armas e desavenças que culminam em mortes e chacinas. Também a exploração de máquinas caça-níqueis compõe esse cenário violento.

Tabela 1. Número de crimes da cidade de São Paulo e Furnas-Tremembé (2008 – 2013).

		Furto- Outros*	Roubo- Outros	Furto de Veículo	Roubo de Veículo	Homicídio Doloso	Latrocínio
2008	Capital	156456	102464	42620	32625	1283	48
	73ºDP	1487	1173	236	411	45	1
	%	0,95	1,14	0,55	1,26	3,51	2,08
2009	Capital	182450	115136	43891	38195	1245	84
	73ºDP	1688	1477	303	448	42	0
	%	0,93	1,28	0,69	1,17	3,37	0,00
2010	Capital	184532	106235	44254	37941	1193	79
	73ºDP	1903	1429	309	525	45	4
	%	1,03	1,35	1,19	0,12	3,77	5,06
2011	Capital	209156	106035	45087	43394	1005	215
	73ºDP	1978	1540	369	566	31	2
	%	0,95	1,45	0,82	1,30	3,08	0,93
2012	Capital	202826	110761	44017	45871	1250	97
	73ºDP	1994	1393	435	604	40	1
	%	0,98	1,26	0,99	1,32	3,20	1,03
2013	Capital	200286	123932	49235	52741	1180	109
	73ºDP	2045	1527	538	517	28	0
	%	1,02	1,23	1,09	0,98	2,37	0,00

Fonte: Sistema de Informações Criminais (INFOCRIM).

\* “Furto-outros” e “Roubo-outros” são todos os furtos e roubos, exceto os de veículo e de cargas.

Como se pode ver na Tabela 1, acima, há uma participação substantiva da 73ª Delegacia de Polícia (DP) no montante de homicídios e latrocínios ocorridos na Capital. Mencionei anteriormente que, embora a 73ª DP cubra uma área maior que Furnas-Tremembé, essa compõe a maior parte de sua circunscrição.

Em meados de 2010, recebi<sup>3</sup> a informação que a Polícia Civil havia prendido um membro importante do Primeiro Comando da Capital (PCC), o qual estava delatando a localização de corpos enterrados como num cemitério clandestino. Dirigi-me ao local indicado. De um lado da rua, as casas não possuíam quintais e, há cerca de 20 metros, um córrego. Além do córrego, morro acima, mais uns 50 metros, um cemitério público - no sentido de “oficial”. Entre o citado cemitério e as casas, cerca de dez corpos enterrados. Também segundo comentários entre os policiais, o integrante do PCC dizia que poderia indicar mais corpos enterrados. Retirei-me do local, sem maiores informações, como diz a boa ética policial, pois quem “estava com a ocorrência” era a Polícia Civil.

Nenhum dos fatos acima narrados levou a qualquer movimentação por parte dos moradores. Entretanto, outros dois casos fizeram com que a população reagisse muito fortemente. Em ambas havia o envolvimento da Polícia Militar.

Em agosto de 2009, no Jardim Filhos da Terra, bairro de Furnas-Tremembé, um adolescente foi baleado e morto por Policiais Militares. Nas versões dos policiais, em uma abordagem a uma *biquêra*<sup>4</sup>, o adolescente estava armado e os recebeu a tiros. Foi morto no meio de um campo de futebol. Para a população do bairro, segundo informações que chegaram a mim, o rapaz foi executado. Foi o estopim para que, no mesmo dia, dois ônibus fossem incendiados<sup>5</sup> e ocorressem violentas manifestações contrárias à PM.

Em maio de 2010, uma chacina vitimou seis pessoas, sob o Viaduto da Rodovia Fernão Dias, na Vila Nilo, em um local frequentado por usuários de crack, onde, até hoje, pode se ver cruzeiros pintadas nas paredes em homenagem às vítimas. No dia seguinte

---

<sup>3</sup> Trabalhei, entre 2008 e 2011, na região estudada, como responsável pelo planejamento do policiamento ostensivo, na Polícia Militar estadual.

<sup>4</sup> *Biquêra*, *boca* ou *boca-de-fumo* são locais onde são vendidas drogas.

<sup>5</sup> “Moradores queimam ônibus e enfrentam a polícia na zona norte” (Capriglione & Corsalette, 2009). Narra o texto que “a polícia cercou a região, interditou ruas por 3 horas e atirou bombas de gás e balas de borracha em grupos que jogavam pedras”.

aos fatos, algumas pessoas compareceram ao local em protesto ao ocorrido. Acreditavam que os autores eram policiais-militares<sup>6</sup>.

Apesar dos dados objetivos e dos casos relatados acima, as pessoas não se sentem inseguras em residir em Furnas-Tremembé. Reportagem da Folha de São Paulo de 2008 já apontava isso. O título *Morador se sente seguro em bairro violento*, traz como subtítulo: *no Jaçanã, o risco de violência é de 34%, mas a sensação de insegurança é de 26%; Moema tem risco de 9%, mas 18% se sentem inseguros*.

Na rua de Odair de Oliveira, no Jaçanã, um vizinho matou os tios, outra vizinha e o cachorro dela e depois se matou. Tempos depois, um ladrão entrou armado na padaria da esquina quando ele estava comprando pão. Em outra ocasião, ele também sofreu uma tentativa de assalto à mão armada.

Mesmo colecionando histórias de violência no distrito onde mora há 57 anos, Odair, vice-presidente do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) do Jaçanã, diz sentir-se seguro.

[...]

A pesquisa perguntou a moradores dos 96 distritos de São Paulo se eles foram assaltados, roubados ou agredidos no último ano no bairro; se, no mesmo período, alguém entrou na casa deles e roubou ou tentou roubar algo; se sofreram algum seqüestro relâmpago nos últimos doze meses no bairro e se tiveram parente ou amigo assassinado no último ano no bairro. Também foi perguntado a eles qual o grau de segurança que eles sentem ao andar depois de escurecer pelas ruas próximas ao local onde moram.

No Jaçanã, 34% disseram ter sofrido algum dos quatro episódios de violência - maior percentual da cidade. Mas 26% se disseram muito inseguros nas ruas à noite - valor que coloca o distrito atrás de outros cinco.

[...]

Para o vice-presidente do Conseg do Jaçanã, a segurança que ele sente no bairro é proporcionada pelos vizinhos. "Todo mundo conhece todo mundo, os vizinhos ficam de olho, se ajudam", (MORADOR..., 28 set. 2008).

## A VIOLÊNCIA URBANA

É nesse cenário opressor, nesse espaço de segregação moral, nesse campo definido de fora como o campo da criminalidade, que os trabalhadores urbanos de baixa qualificação arrumam e enfeitam suas casas, educam seus filhos, inventam estratégias de sobrevivência, montam organizações vicinais para reivindicar melhorias no bairro e para tornar alegre o seu lazer. A convivência

---

<sup>6</sup> "Seis pessoas mortas em ataque no Jaçanã" (Manso & Godoy, 2010).



com os que optaram pela vida criminosa é inevitável, mas a experiência da violência é diária e constante e vai muito além daquilo que se delimita com o mundo do crime. Ela perpassa hábitos diários da vida familiar, está presente nas rotinas de opressão de classe, seja pela presença do aparato policial que se comporta de maneira bastante repressiva diante da população pobre, seja pelo quadro de miséria que desfila sempre pelas ruas e casas de seu bairro, seja pela imagem construída por certa imprensa do criminoso e do crime, vinculando-o sempre a esta população pobre (Zaluar, 1994, p. 15).

Em minha pesquisa de campo, é bastante regular que a narração desses deslocamentos [das sociabilidades ligadas ao trabalho, à moral popular católica, à representatividade dos movimentos sociais e ao projeto ascensional de vida operário] apareça, em depoimentos e trajetórias de vida, vinculada ao crescimento da criminalidade violenta. As transformações do trabalho, da família e da religiosidade regularmente me foram referidas como algo que aproximava as fronteiras do 'mundo do crime' da convivência comunitária e mesmo familiar (Feltran, 2010, p. 61).

As pesquisas situadas na orientação clássica ligada ao binômio normalidade-desvio partem do princípio de que são coincidentes os pressupostos que orientam “criminosos” e “não-criminosos” para a prática do crime, de forma que a violência urbana se situa em um momento de transgressão ao conjunto normativo-legal. Assim, a violência urbana passa de objeto para causa dos atos criminosos, estes, por sua vez, orientados por uma racionalidade utilitarista criminal, em que evitar crimes passaria por diminuir as chances e os ganhos resultantes, o que, por sua vez, faz com que as análises sobre as causas da criminalidade violenta nas grandes cidades recaiam, unilateralmente, para a discussão das instâncias estatais de controle social, sua incapacidade de dissuadir os indivíduos da prática de crimes, ou de como, elas próprias, sobretudo as polícias, são capazes de engendrar a violência urbana. Para tanto, compartilho da posição de Machado da Silva, para o qual:

[...] uma vez que a construção de suas ações pelos próprios criminosos deixa de ser o objeto de atenção a ser considerado, o problema posto por suas práticas desaparece por uma espécie de efeito bumerangue, convertendo-se em uma questão de *institution building* que envolve a reorganização das agências da ordem estatal, suas relações com a sociedade civil e a formulação de políticas democráticas de segurança pública. Nesta linha, é certo que a compreensão das dificuldades de funcionamento das formas convencionais de regulação da vida cotidiana pode ser, e tem sido, ampliada (Machado da Silva, 2004, p. 65).

Acredito que, a despeito da relevância que problemas estruturais do Estado representam para a compreensão do tema, a violência deve ser contemplada também pela forma que ela adquire na/para a sociedade. Assim, “violência” deixa de ser uma categoria analítico/explicativa, para ser compreendida dentro do contexto das sociabilidades, recompondo os seus sentidos no contexto dos grupos por ela afetados. Essa posição não desconsidera outras visões no campo, mas tem a capacidade de melhorar qualificar nossos entendimentos sobre o tema. Dessa forma, emergem da própria noção de violência, os conceitos de “dominação” e “poder”, que possuem uma força capaz de organizar a sociedade. Não penso, portanto, somente nos efeitos danosos que ela causa, mas como ele produz vida social.

A “violência urbana” deixa de estar atrelada ao conceito de “violência”, caracterizada tão-somente pela força, vigor, para designar uma sociabilidade peculiar aos centros urbanos, que agrega, por sua vez, estratégias individuais que possibilitem uma *previsibilidade* das ações sociais, ainda que elas sejam, classicamente – no sentido legal, por exemplo – consideradas violentas. *Violento – no espectro da violência urbana - não é o ato em si, mas aquele que atinge “meu” universo das relações privadas; caso ele não o atinja, deixará de ser considerado violento.* Nesse processo, constrói-se uma ordem social em que a dicotomia normalidade/desvio deixa de se guiar pela moral – no sentido de Durkheim – e passa a guiar-se por uma razão imediata e instrumental. O problema não é a violência *em si*, mas como ela afeta – negativamente – a construção da vida social.

## **MUNDO DO CRIME E SEGURANÇA EM FURNAS-TREMEBÉ: RESULTADOS DE PESQUISA**

Os casos que trarei a seguir foram escolhidos por evidenciarem uma fronteira entre a lógica estatal de combate ao crime, prestação de segurança pública e as próprias lógicas que se faziam presentes na região.

### **O LADRÃO AKI SOU EU**

A frase “O LADRÃO AKI SOU EU” está inscrita em um viaduto de pedestres sobre a Rodovia Fernão Dias que liga os bairros de Jaçanã ao Jardim Cabuçu. Estes bairros

não pertencem exatamente a Furnas-Tremembé, distante cerca de quatro quilômetros da passarela; contudo, em razão da contiguidade das vivências dessas comunidades e pelo fato de a Rodovia Fernão Dias ser também fundamental para a vizinha Furnas-Tremembé, acredito ser relevante para compreender as lógicas locais.

Figura 3 Passarela sobre a Rodovia Fernão Dias junto à Rua General Jerônimo Furtado, sentido São Paulo, registrada em 14 de junho de 2012.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A passarela se localiza a cerca de 200 metros da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei de Santana Galvão e fica no encontro da Rodovia Fernão Dias e da Rua General Gerônimo Furtado. Para a região em estudo, a rodovia apresenta grande impacto urbanístico, pois, às suas margens, desenvolve-se uma intensa e precária urbanização, com bairros sem acesso à rodovia ou com acesso interno por meio de vielas. Representa também uma discrepância entre o montante de produtos que circulam diariamente e a pobreza que a margeia. Apresenta o elemento integrador nacional e pujante, caracterizado pelo intenso fluxo de caminhões, carretas e turistas, e o universo

local, recortado pela rodovia que não permite o acesso a bairros próximos, universo pobre e abandonado por esse mesmo projeto de desenvolvimento. Na rodovia, não são raros os casos de roubos a veículos de cargas, cujos motoristas são abordados, em deslocamento, por pessoas em carros ou motos que exigem sua parada e realizam o crime<sup>7</sup>.

Assim como o crime acima narrado, são inúmeros os casos em que pessoas se valem da passarela para praticar crimes. Ora lançam pedras sobre os veículos que ali passam, ora deixam pedras na rodovia, oportunidade em que ela serve de ponto de vigilância. A inscrição pichada reporta a importância estratégica que a posse daquele ponto representa aos criminosos da região; ou seja, por meio dela é possível praticar vários crimes, o que não se dá sem uma disputa. Ela vai dar a assinatura de *quem é o dono daquilo* e, para todas as outras pessoas – sobretudo aos adolescentes que frequentam a escola vizinha -, *quem é o ladrão ali*. Contrasta, explícita e fortemente, com uma moral de que a vida criminosa é subterrânea, velada e desviante, para assumir um momento muito mais “normal” e “funcional” das relações sociais que se formam naquele território.

### ***Quando o tráfico traz a ordem***

Certa vez, uma senhora, de cerca de sessenta anos, compareceu à sede da unidade de Polícia Militar em que eu trabalhava para apresentar um pedido. Ela me narrou que os policiais militares, de maneira recorrente, abordavam os traficantes de sua rua. Confirmei a ela que, de fato, estavam sendo intensificadas abordagens naquela rua, em razão principalmente, da quantidade de denúncias sobre o comércio ilegal de entorpecentes naquela rua. Esperava, da parte dela, talvez um elogio ou até mesmo uma

---

<sup>7</sup> “TIJOLO ATINGE CARRO E EXECUTIVO MORRE DE ATAQUE CARDÍACO NA FERNÃO DIAS - Após um objeto ser lançado contra o carro, o vice-presidente da multinacional Sinto do Brasil, Hiroshi Yamazaki, de 59 anos, teve um ataque cardíaco e morreu no quilômetro 85 da Rodovia Fernão Dias, na noite desta terça-feira (29). A polícia suspeita que Yamazaki tenha sido vítima de uma estratégia comum na região, em que bandidos provocam acidentes atirando objetos para assaltar motoristas” (TIJOLO..., 30 out. 2013).

queixa contra policiais; na verdade, ela veio pedir para que parássemos as abordagens: quando a polícia não intervinha, o tráfico ocorria só na frente da casa “deles” e não trazia transtorno aos demais moradores; agora, na tentativa de esconder as drogas e dissimularem a si mesmos, eles as escondiam em caixas de energia – aquela na qual o serviço de distribuição de energia elétrica faz a medição do consumo, geralmente localizadas fora das casas – saídas de canos d’água, telhados, além de eles próprios estarem por toda a rua, incomodando os moradores. Respondi-lhe que, infelizmente, não havia outra forma de atuar contra o tráfico, em que pese saber que a pretensa “ordem pública” por pretendida não lhe traria qualquer paz.

### ***Como o mundo do crime trouxe a “paz”***

Transcrevo a seguir a entrevista com a diretora de escola com a qual estive quando trabalhava no território em análise, cujo contato com a referida dirigente se mostrou emblemático em razão de que, nos primeiros contatos com ela, fui rechaçado sob o argumento de que o tráfico de drogas garantia à sua escola a segurança necessária. Ao retomar essa narrativa junto à referida diretora cerca de dois anos depois, foi possível recompor o trajeto em que o tráfico de drogas e o PCC conseguiram estabelecer, a partir de 2007, ao menos naquela escola, uma ordem – que em nada desconsidera o poder estatal.

Sua escola era constantemente vítima de furtos no período noturno. Os criminosos estravam na escola arrombando as portas ou destruindo as paredes. Levavam computadores, faziam comida e destruíam o que havia. A seguir, ela passa a narrar um acontecimento que iria representar uma considerável mudança.

*“- Na manhã seguinte: - ‘Tia, ainda bem que eu não dei o sinal hoje. Eles deixaram o gás aberto. Entraram na escola, fizeram café, comeram ‘nuggets’, assaram os ‘nuggets’, tá, na madrugada e deixaram o gás aberto’ [pausa]’. Isso não pode continuar. Alguma coisa tem que ser feita. Na hora eu falei pra minha funcionária: ‘imprime uns convites que eu quero hoje, hoje, aqui na escola nós vamos fazer uma reunião eu quero ... quem é mais alto da Polícia Militar?’ Eu queria... ah é o major, olha eu não sei, eu quero ele aqui, eu não tô perguntando se ele pode vir, eu quero ele aqui, eu quero um bombeiro pra falar pra comunidade o que ia acontecer com a escola se a escola*

*explodisse. Eu não tô convidando meu dirigente, tô convocando', comunidade. (...) Eu quero uma base da Polícia Militar nessa praça.*

*- Veio a Polícia Militar?*

*- Veio, trouxeram uma base.*

*- Vieram outros atores?*

*- Vieram também, veio também um outro grandão, brancão da polícia também junto com o capitão Walter. Nossa, puseram uma base da Polícia Militar na porta da escola e foi uma revolução. Veio bombeiro...*

*- Então, assim, houve toda uma explicação, então o pessoal da comunidade propôs-se a fazer, a construir essa base da polícia lá na praça.*

*- Porém, antes do início da reunião... que que aconteceu...vieram "- dona [...], pelo amor de deus" – a funcionária, antes da polícia chegar, a base e tudo – "o estacionamento tá cheio. Tá aqui o Paletó, tá não sei o que, tá a Gaúcha, tá não sei quem." Falei "quem é esse povo? Eu não sei o quê é quem é esse povo?" "Ah, é o dono da boca lá do Felicidade, dono da boca de não sei quem... ó, o cara lá do PCC tá ali".*

*- No mesmo dia?*

*- No mesmo dia antes de começar a reunião, porque eles já tinham pegado o panfleto na mão. '- Eles querem falar com a senhora'. Falei '- ah, tô morta; polícia não chegou ainda, tô morta. Bom, vô atende né, o que eu vou fazer.' Aí entraram na minha sala. Ficou todo mundo em pé assim [mostra], bracinhos cruzados, olhando pra mim.*

*- Aí eles vieram. Entrou na sala. '- É o seguinte, nós tamo sabendo que a senhora então vai mandá construí uma base da polícia militar aqui na praça?' Falei "- não vô mandá. Não tenho poder pra mandá. Mas nós vamos sugerir.' '- Mas a senhora vai atrapalhar nosso negócio.' Falei [em tom baixo] '- vô filho? Então vô te falá um negócio. A aranha vive de tecer sua teia, eu [ênfase] vivo de administrar essa escola. É daqui que eu tiro meu sustento pra minha família. Do que você vive, não me interessa... do que vocês vivem [apontando com o dedo indicador, como se fosse para todos os presentes na sala] não me interessa. Eu respeito. Só que vocês estão entrando no meu ambiente'.*

*'- Mas não somos nós'.*

*‘- Não quem, meu filho, que tá entrando aqui no nosso ambiente? Olha, um dia faz isso, noutro dia não sei o quê, noutro dia me roubam, pô, eu não tenho mais computador, eu não tenho impressora, eu não tenho sossego de comprar nada... os filhos de vocês, a sua sobrinha não estuda aqui comigo?’, que é a Gaúcha.*

*‘- Sim.’*

*‘- Então, sua sobrinha estuda aqui comigo, sua sobrinha tá sendo prejudicada, porque eu ponho material na escola, você... [breve pausa] entram aqui e roubam. E eu quem sou responsável por tudo isso e sou cobrada lá de cima.’*

*‘- A senhora fica calma, porque nós vamos resolver esse problema.’*

*‘- Olha, se vocês vão ou não, meu filho, não sei, mas que eu vou fazer essa reunião eu vou. Agora, se tudo pará, não tem porque a gente continua. Por mim...’*

*‘- A senhora fica calma nós vamos resolvê essa questão.’*

*‘- Olha, não sei, alguma coisa tem que ser feita, e o que eu posso fazer, administrativamente falando é isso, pedir para as autoridades... uma base, a polícia mais intensiva aqui.’*

*‘- Mas atrapalha o nosso negócio.’*

*‘- Bom, eu não posso fazer nada, a reunião está marcada.’*

Ela narra que o diálogo se encerrou ali e passa a narrar fatos ocorridos alguns dias depois

*- Eu lembro que, logo em seguida, tinha um feriado que era Sete de Setembro, o Walter [policia militar] colocou uma polícia na escola, assim, colocou um comando lá assim pra ficar 24 horas por causa que era feriado. Na semana, nós ficamos sabendo que morreu cinco. Lamberam cinco. Falaram ‘- ô dona, se viu que morreram cinco?’ ‘- Não sei e não quero nem sabê! Quero nem sabê o que aconteceu’ porque eu não queria me envolvê. Morreu cinco. NUNCA MAIS MEXERAM NA ESCOLA. Entendeu?*

“A escola é território neutro” foi uma frase muito enfatizada pela entrevistada. Pareceu-me representar que era um ambiente onde as lógicas da violência não deveriam interferir, onde os códigos que orientam a vida e a morte daquela população deveriam

ficar afastados. Isso por duas razões: uma porque os criminosos não seriam capazes de dispor de seu instrumental – sobretudo armas – para fazerem valer sua autoridade *lá dentro*. Filhos, sobrinhos e os próprios traficantes se encontravam naquele ambiente. Levar para a escola as armas e as disputas pelo controle dos pontos de venda de drogas seria alimentar uma espiral de vingança e, também, atrairia a atenção da polícia, o que constitui a segunda razão.

Não se pode enfrentar o Estado, que reúne recursos para “atrapalhar o negócio”. Melhor é transitar entre a lógica estatal e o mundo da violência, garantindo um *quantum* mínimo de paz social. No fundo, o traficante, a diretora e os policiais compõem esse quadro, constituindo um grande caldo social em que a “sociabilidade violenta” se constrói. Admitir, por parte da diretora, por parte do Estado – afinal, ao que me parece, ninguém foi preso – e por parte da sociedade que cinco fossem mortos para o fim dos furtos na escola dão a tônica de que *o fato não é violento* para todo esse arranjo, mas um recurso instrumental para todos.

***A diretora da escola, a dirigente do projeto social, o dono do bar e a impossibilidade de existência de uma “ordem pública”.***

Aqui, relato uma experiência envolvendo uma diretora de escola, o dono de um bar e a dirigente de um projeto social. Eles se situam na mesma rua, um defronte ao outro. O bar, que vendia bebidas alcoólicas, filmes pornográficos e produtos falsificados se situava *no muro* da escola. sobre a calçada, utilizava o muro da escola como uma das paredes e a energia elétrica do estabelecimento para fazer funcionar um *freezer* horizontal onde eram vendidas cerveja e *batidas*<sup>8</sup>. A diretora da escola disse que a retirada do bar era uma “luta antiga”, razão pela qual a Polícia Militar, na minha pessoa, buscou junto aos órgãos municipais local ações para o fechamento do estabelecimento. Após várias tentativas e depois de passados cerca de quatro meses, a Polícia Militar apreendeu as mercadorias e o proprietário respondeu por seus crimes. Defronte existia a sede de um projeto social. Sua dirigente recebeu um dos policiais militares envolvidos

---

<sup>8</sup> “Batida” é uma bebida muito popular em que se utiliza suco de fruta, leite condensado e vodca ou pinga.



na apreensão dos objetos, mas o alertou: saia rapidamente ou terei problemas. Dias após, ela foi de fato ameaçada e seu carro foi riscado com a frase: *“aqui quem manda é nós: Serra Pelada”*.

Decorridos cerca de três anos e meio, entrevistei a diretora da escola e a assistente social. Primeiramente, compareci à escola. Passamos então a uma história ocorrida no interior da própria escola. Um indivíduo, frequentador da igreja evangélica, entrou com uma pistola 9 milímetros, (*“chamada ‘block’ ou algo assim”*), carregada (*“treze ou dezesseis”*), engatilhada, apontou a arma para uma menina em sala de aula. A irmã dela queixou-se à direção, que reportou os fatos à polícia e o rapaz foi algemado e preso. Seus vizinhos diziam que ele praticava tiros em casa (o que explicaria agora à mãe o porquê do sofá da sua casa e parede possuírem furos). O rapaz apreendido disse que seu irmão tinha tido problema na rua, por isso estava andando armado. A arma seria alugada e, após sair da cadeia, ele teria que pagar a arma que foi apreendida. *“- O rapaz foi transferido de escola por uma pressão gerada pela cobertura da imprensa.”*

Houve uma crítica à postura dos evangélicos. *“- Meu filho não! Meu filho frequenta a igreja!”* reproduziam, os entrevistados, as falas dos pais. *“- Quando o rapaz saiu da cadeia, fizeram um churrasco!”*. Segundo eles, a adesão ao protestantismo seria um símbolo de retidão, de diferenciação moral que os separaria dos delinquentes. Houve depois uma discussão entre os meus entrevistados entre ser evangélico e dizer-se evangélico e toda uma construção sobre como essa religião serve como “escudo” para prática de crimes<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Uma das explicações sobre o papel que o *status* de evangélico tem nas demarcações da vida social é que possibilitam ao indivíduo apresentar-se como não pertencendo às lógicas do crime, mas sem romper o fluxo de interações com o mesmo. Segundo Feltran (2011, p. 87), as igrejas neopentecostais “se especializaram em fornecer passaportes e vistos para aqueles que desejam sair do ‘mundo do crime’ sem se tornar clandestinos’ aos ‘praticantes de atos ilícitos e suas formas de organização”. Camila Dias (2006, p. 92) analisa as religiões evangélicas dentro do sistema carcerário e de como os seus integrantes marcam seus espaços sociais frente a esse status, de forma a “desqualificar todas as identidades que venham a competir com aquela proposta pela religião”.

“- *A comunidade respeita a escola pelo resgate da autoestima.*” Sua diretora, que trabalha na escola desde 2009, já trabalhou em outras escolas públicas da região. Acredita que os avanços da escola em conseguir o respeito da comunidade foram em razão do trabalho com as famílias dos alunos.

Contudo, ao lhe dizer que, em outra escola da região, foi necessário que a diretora dialogasse com o tráfico de drogas local, prontamente os entrevistados responderam: “- *Nós também.*” “- *Para eles [traficantes] seus filhos não devem ser traficantes. Eles não abrem mão de uma boa escola.*” “- *Esses traficantes não eram os vendedores, mas os gerentes, com idade entre 30 e 40 anos.*”

“- *Quando um aluno entra com drogas na escola, sou avisada*”, disse a diretora, informando que as drogas são compradas próximo.

Quando houve os ataques de 2009, referindo-se a um episódio em que ônibus foram incendiados em razão da morte de um adolescente, a diretoria sabia que os ataques iam ocorrer. “- *Mandaram liberar os alunos às 15:00 horas. Nem perguntei o porquê.*”

Notei que, a todo o momento, para ambos, um dilema ético se colocava a eles, uma certa vergonha por manter um diálogo tão estreito com o tráfico. O vice-diretor narrou que mora em uma rua próxima dali e é muito conhecido no bairro. Narra que um dia foi abordado por traficantes que queriam saber para onde ia; logo que foi reconhecido, foi-lhe possibilitado o acesso à rua.

O dilema que se coloca a eles consiste em fazer o trânsito entre esse *mundo do crime* e a escola, na tentativa de manter estáveis os níveis de convivência, o que se dava com estratégias de bom atendimento: “- *levar as crianças ao posto para cuidar de piolho, atitude que elas e suas famílias adoram*”, e vistas grossas para o que acontece ao redor. “- *À noite, é preciso fechar os olhos para o que acontece no entorno. Uma professora quis denunciar porque tinha visto um tráfico de armas na rua ao lado; eu falei: ‘não, professora, vão saber que é daqui.’*”

Em um certo Dia Internacional da Mulher, um rapaz apareceu para entregar um buquê de flores à diretora. “- *Pediram para entregar*”. Desconfiando que proviesse dos traficantes, ela disse que era casada e que não poderia receber aquilo de estranhos. “- *A*

*senhora vai ter que receber.*” Pareceu-me ser uma gentileza pela boa vizinhança, um reconhecimento pelo trabalho dela, mas, sobretudo, uma demonstração de força.

Ambos os entrevistados são unânimes em afirmar que há o território da escola e o da rua. Retomam, então, o caso do rapaz que entrou na escola armado. Esse adolescente foi criticado pelos traficantes, o qual foi chamado, pelos criminosos, de “*pangaré*”, como sinônimo de “*trouxa*”, bem como de alguém que não está de acordo com as relações da região. Os entrevistados narram, também, uma briga de alunos que se deu em frente, na rua, há cerca de 50 metros do portão da escola. Alguns professores “*novos, desavisados*” intervieram e apartaram. No dia seguinte, na descrição da diretora, um homem negro a esperava, meio à espreita, junto ao portão de estacionamento da escola; enquanto esperava o portão automático abrir-se, ele chegou próximo a ela e falou: “- *Bom dia. Dá licença de uma coisa: o território da senhora é do portão para dentro. Aquele (apontando para o local da briga) é nosso território*”. Via-se a arma na cintura do homem. Durante essas narrativas, o termo mais utilizado por ambos era “*respeito mútuo*”.

Perguntei-lhes se outros grupos, como as pessoas que fazem roubo de cargas, também dialogavam com a escola. Responderam que não, em tom de ignorância quanto a esses crimes. “- *Nós afastamos essa questão do crime da escola. Não permito que se levante essa questão. Não reforço essa criminalidade*” e passa a narrar que um dia um aluno apareceu em sala com alianças (com nome e data de casamento), relógio (já usado) e outros pertences, os quais haviam sido distribuídos aos colegas de classe. Ela foi à sala e disse: “- *Eu vou passar uma sacolinha para que devolvam tudo. Não quero saber de quem é ou de como isso veio parar aqui. Vou juntar tudo e devolver à sua mãe*”. Os objetos foram recolhidos à diretoria e, após alguns meses, a mãe veio buscar.

O vice-diretor, que em 1999 já trabalhava na escola, afirmou que a violência na época era muito maior: a linha de telefone da escola era utilizada pelas pessoas para falar com outros países, um cachorro morto foi pendurado em uma árvore próximo à janela de uma sala de aula como forma de ameaçar determinado professor.

Disse que, em 2009, 14 estudantes da escola foram vítimas de morte violenta, em 2011, entre 7 e 8, em 2012: “- *Teve alguém que morreu ano passado?*” Perguntou à

diretora que, em um tom meio de descaso: “– *Deixa eu ver [pausa, buscando pela memória]. Teve um caso e, neste ano, 2013, nenhum caso.*”

Já não tão tranquila foi a entrevista com a gestora do projeto social, quase defronte à escola e que tivera seu veículo danificado após a prisão do dono do botequim.

Antônia<sup>10</sup> está à frente de um projeto social há seis anos, o qual, segundo ela, atende a 560 crianças e adolescentes, seja proporcionando aulas voltadas ao ensino fundamental, para as crianças, seja oferecendo cursos profissionalizantes para os adolescentes. “– *Na verdade, a profissionalização é um atrativo. O que a gente pega forte é o caráter socioeducativo*”. Ela emprega cerca de quatro educadores – ela mesma se intitula educadora – além de outros funcionários, como cozinheiras e um corpo administrativo, por exemplo. O projeto está distribuído em dois terrenos distantes um bairro do outro. Nesse, ingressei sem qualquer problema, o que me fez perguntar quem mais ali também ingressa. Deparei-me com cerca de vinte adolescentes que jogavam voleibol, ouviam música e conversavam.

Fui recebido por sua secretária que anunciou minha chegada; no final da sala, longe pude ver Antônia. Parecia nervosa com a minha presença. Antônia passou a buscar explicações para a violência dos jovens pela ausência dos pais e pela carência material. “– *Eles praticam crime porque as famílias não têm condições de acompanhar o consumo juvenil. Os pais não têm condição de trazer o dinheiro para a casa e manter o consumo dos filhos. O adolescente é lançado a coordenar a família sem que tenha qualificação.*” Aponta, como uma das saídas, que o jovem deve frequentar a igreja católica ou evangélica. Ainda retratando violência da região, passa a relacioná-la com problemas estruturais. “– *O jovem não consegue ir à escola porque não tem dinheiro para o ônibus. Isso é violência também.*”

Perguntei-lhe sobre o que ela pensava sobre violência urbana. Suas respostas acionaram a violência urbana com a violência doméstica e a violência dentro da escola, praticada por professores que xingam seus alunos. Indaguei-lhe, então, sobre a violência

---

<sup>10</sup> Nome fictício.

policial, como ela se dava no bairro ou o que os jovens traziam a ela. Limitou-se a dizer que a “*polícia é omissa*” e que as narrativas “*são as piores possíveis*”.

Grosso modo, a entrevista foi marcada por muito receio. Além da distância entre nós, pareceu-me que, tal qual as outras, o frágil equilíbrio daquela ordem social passava por um arranjo com os jovens que vivem na vizinhança e que não necessariamente estavam inscritos nos cursos que o projeto promove. Enquanto conversávamos, uma partida de futebol – ao que me parecia, não programada como aula – acontecia junto à janela. A todo o momento, a bola encontrava as grades da janela, sem que ela ou qualquer outro responsável interviesse. Mais uma vez, presente aquela sensação de que minha presença não era bem-vinda.

## **CONCLUSÃO**

Assim como o crime torna-se instrumental na gestão do social por parte de criminosos, igualmente os agentes estatais vão se valer da violência para imposição da ordem. Desde que não afete significativamente os códigos da comunidade, mortes, agressões e corrupção policiais são socialmente legitimados. Propostas de execução de criminosos, propina pagas a policiais para proteção de máquinas caça-níqueis tão frequentadas pelas pessoas e as bocas-de-fumo que mantêm as coisas como estão, sem que a “harmonia” reinante seja quebrada, vão compor o quadro de uma população já imersa nessas lógicas caracterizada por décadas de violência.

Assim, concluo que a violência urbana – entendida como categoria do senso comum para a qual a força é o elemento responsável pela articulação da vida cotidiana (Machado da Silva, 2000, p. 35) – constitui-se um recurso analítico para as pesquisas ligadas ao tema, mas, sobretudo, um desafio incontornável da sociedade brasileira no sentido de proporcionar avanços democráticos, sobretudo nas periferias.

## **BIBLIOGRAFIA**

Capriglione, L., & Corsalette, C. (27 de ago. de 2009). Moradores queimam ônibus e enfrentam a polícia na zona norte. *Folha de São Paulo*.

- Feltran, G. (2008). O legítimo em disputa: as fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo. (UFRJ, Ed.) *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1(1).
- \_\_\_\_\_. (2010). Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, 23(58).
- \_\_\_\_\_. (2011). *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: UNESP.
- Ferreira, M. I. (2006). *Violência na Solidariedade: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Lima, R. S. (2002). *Criminalidade Urbana: conflitos sociais e criminalidade urbana - uma análise dos homicídios no Município de São Paulo*. São Paulo: Sicurezza.
- Machado da Silva, L. A. (1995). Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. *Sociedade e Estado*, X(2).
- \_\_\_\_\_. (2000). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. Em I. Silva, *Rio - a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
- \_\_\_\_\_. (2004). Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1), 53-84.
- Machado da Silva, L. A., & Leite, M. P. (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas. *Sociedade e Estado*, 22(3).
- Manso, B. P., & Godoy, M. (12 de mai. de 2010). Seis pessoas mortas em ataque no Jaçanã. *O Estado de São Paulo*.
- Misse, M. (1997). As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, 2(1), 93-116.
- Morador se sente seguro em bairro violento. (28 de set. de 2008). *Folha de São Paulo*.
- Oliveira Júnior, W. F. (2008). *Desordem social e os homicídios: uma abordagem ecológica dos hot spots da região nordeste e noroeste da Capital*. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores: Polícia Militar do Estado de São Paulo.
- FOLHA de São Paulo. (2012). Seis são mortos em região em que PM da Rota sofre ataque.
- Sarti, C. A. (2007). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres* (4 ed.). São Paulo: Cortez.
- Tavares dos Santos, J. V. (1995). A violência como dispositivo de excesso de poder. *Sociedade e Estado*, X(2).
- Telles, V. S. (2011). *A cidade nas fronteiras do legal o do ilegal*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM.
- Weber, M. (2005). *Ciência e Política: duas vocações* (13 ed.). São Paulo: Cultrix.

Zaluar, A. (1986). Crime e Trabalho: o cotidiano das classes populares. *Ciência Hoje*.

\_\_\_\_\_. (1994). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2000). *A máquina e a revolta* (2 ed.). São Paulo: Brasiliense.